

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 7.337, DE 2014

Proíbe o desconto de quaisquer valores referentes ao cancelamento de reservas em estabelecimentos hoteleiros e similares.

Autor: Deputado Vilalba

Relator: Deputado Cesar Halum

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em tela tem como objetivo instituir a proibição de estabelecimentos hoteleiros e similares reterem qualquer valor pago a título de reserva de unidade de hospedagem, quando o cancelamento da reserva ocorrer com antecedência de 72 horas da hora estimada da entrada do hóspede desistente. Estabelece, ainda, que o valor antecipado a título de reserva deverá ser devolvido ao hóspede desistente no prazo de 48 horas, após a confirmação do cancelamento da reserva.

Como punição ao descumprimento da norma legal pretendida prevê-se a aplicação das penalidades dispostas no Código de Defesa do Consumidor, sem prejuízo de outras estabelecidas em legislação especial.

A proposição foi encaminhada às Comissões de Defesa do Consumidor e de Turismo para exame dos respectivos aspectos de mérito. Nesta primeira Comissão não lhe foram apresentadas emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, estabelece normas sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal quanto ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos. No entanto não regula aspectos comerciais dos meios de hospedagem, como práticas de reserva de unidade de habitação e da sua desistência. Já o Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010, que regulamenta a lei acima citada, estabelece a possibilidade de cobrança de multa por desistência do consumidor da reserva, desde que prevista em contrato e a ele informada previamente. Estabelece, também, que no caso de descumprimento de obrigação contratual ou legal pelo prestador do serviço turístico, não poderá ser cobrada multa pela desistência solicitada pelo consumidor, e os valores correspondentes à reserva e ao ônus da prova deverão ser devolvidos imediatamente.

O projeto de lei ora analisado, ao criar a proibição de retenção de valor de adiantamento de reserva quando o cancelamento ocorrer com antecedência de 72 horas do horário programado para a entrada do hóspede, atende ao interesse econômico do consumidor sem ferir o do fornecedor de serviços de hospedagem. Com efeito, o prazo estabelecido permite ao último, por um lado, oferecer a unidade habitacional a novo cliente e, de outro lado, não o impede de proceder a uma retenção de valor quando o cancelamento ocorrer no decurso das 72 horas que antecedem o horário previsto para a entrada no estabelecimento. Não há, portanto, imposição de desequilíbrio para as partes. No nosso entendimento a norma legal proposta aperfeiçoa as relações de consumo.

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 7.337, de 2014.

Sala da Comissão, em de de 2014.

Deputado Cesar Halum
Relator